

Estruturalismo, Pós Estruturalismo e Intervenção Comunitária

Helena Mouro

Introdução

Quando do processo de institucionalização do Serviço Social como profissão, o positivismo influenciou significativamente a construção do seu “edifício” profissional. Portanto, foi assumido como pilar da forma como os seus profissionais interpretavam os factos e os fenómenos sociais e de como agiam de forma a privilegiar o primado da sociedade sobre o indivíduo.

Daí que na sua fase de profissionalização, que decorre no primeiro quartelão do séc XX, o saber-fazer do Serviço Social expresse a simbiose que operou entre as Teorias Comteanas, Durkheimianas e do sociólogo francês Frédéric le Play ¹.

Porém, e por efeito da relação de dependência criada entre Serviço Social e as Ciências Sociais, o Serviço Social ao confrontar-se com a crítica ao positivismo conduzida pelo estruturalismo e o pós-estruturalismo, alterou a interacção que no seu quotidiano estabelecia entre problemas sociais e situações problema. Consequentemente, a exclusão social enquanto problema social deixou de ser assumida pelo Serviço Social como situação problema decorrente da incapacidade do indivíduo em se integrar no sistema económico ². Em contrapartida passou a reinterpretá-la mediante a sua recontextualização no âmbito do processo de reprodução da pobreza e da discriminação social gerado em sintonia com a produção das desigualdades e as assimetrias existentes ao nível do desenvolvimento social e humano .

This paper presents a reflexive analysis on the influence of structuralism and post-structuralism in the community work intervention practice. Its analytical strategy is deconstruction, of the changes that take place in the communitarian intervention referential axes and in the reconstruction of communitarian social actors' identity. Its theoretical basis refers to authors recognized as classical of structuralism and post-structuralism: Althusser, Lévi-Strauss, Foucault and Lacan, and to selected works on communitarian intervention by authors from the field of Social Work: Fernández, Xosé Manuel; Mouro Helena and Vieira Balbina.

Doutorada em Serviço Social pela Universidade do Porto – Portugal
Ex - Representante do Instituto Superior Miguel Torga no consórcio Reletran
Rua Verde Pinho, 237- 5º
Esqº 3030-024-
Coimbra- Portugal

Este artigo resulta de uma análise reflexiva produzida sobre a influência do estruturalismo e do pós-estruturalismo no exercício da Intervenção Comunitária. Como estratégia analítica foi utilizada a desconstrução das mudanças que se foram processando ao nível: dos eixos referenciais por onde se pautam as práticas de intervenção comunitária; e da reconstrução identitária do agir dos actores sociais comunitários.

Apoia-se na produção de conhecimento de autores reconhecidos como clássicos do estruturalismo e do pós-estruturalismo, onde se destacam Althusser, Lévi-Strauss, Foucault e Lacan e em autores seleccionados no âmbito do Serviço Social com obras na área da intervenção comunitária como: Fernández, Xosé Manuel; Mouro, Helena; Vieira, Balbina.



Esta relação entre exclusão e desenvolvimento social explica o facto do Serviço Social ter criado ³ o Serviço Social de Comunidades como metodologia de intervenção a ser utilizada em contextos comunitários tendo como finalidade criar respostas aos problemas sentidos e diagnosticados nas comunidades. No período entre os anos 60/70, o Serviço Social de Comunidades confirmou-se como uma metodologia pioneira de intervenção comunitária. Mas com a perda, na pós-modernidade, da sua hegemonia enquanto profissão de intervenção social ⁴, o exercício da Intervenção Comunitário pluralizou-se e passou a ser conduzida por via de diferentes actores sociais. Contudo, esta alteração não invalidou a preservação da sua missão ao nível da promoção da mudança e da inclusão social independentemente de poder fazer uso de diferentes estratégias para alcançar o seu objectivo, isto é o da transformação das realidades degradadas.

Estruturalismo, Serviço Social e Intervenção Comunitária

No contexto da sociedade moderna, o agir dos profissionais de Serviço Social singularizou-se tanto pelo cariz individualizador subjacente na sua actuação com indivíduos, grupos ou mesmo comunidades, assim como pela sua visão dogmática sobre a necessidade do exercício da ajuda social levar a que seja legitimada a incapacidade das pessoas mais carenciadas em resolverem por si mesmas a situação de vulnerabilidade por elas vivenciada.

A lógica patenteada nesta atitude do Serviço Social relativamente ao exercício da ajuda social alterou-se significativamente por influência do estruturalismo. O reconhecimento da superioridade do signifiante em relação ao significado, assume firme consistência nas práticas do Serviço Social de Comunidades ⁵, a qual se traduz na forma como os seus profissionais se posicionavam perante a necessidades sentidas pela comunidade e em como agiam no sentido de as colmatar .

Este colmatar de necessidades seguia normalmente a via da criação de respostas sociais locais, ou então de encaminhamento para respostas já existentes. Por sua vez, as respostas encontradas caracterizavam-se por: desvalorizar o sujeito a quem se destinavam em detrimento da carga simbólica que lhes era atribuída. Daí que a intervenção comunitária desenvolvida pelo Serviço Social fizesse uso da explicação do real através das estruturas. Deste modo se compreende o facto de investir mais na criação de equipamentos. do que no desenvolvimento de competências sociais das pessoas da comunidade. Isto porque considerava que a criação de recursos/equipamentos iria gerar alterações nos restantes elementos da comunidades, e, simultaneamente, possibilitaria prever as reacções na comunidade face às alterações produzidas no seu quotidiano de vida social.

Estas alterações eram, porém, consideradas não observáveis em si mesmo, gerando, contudo, fenómenos observáveis. Assim se explica que muitos

- 1.- Frederico le Play , sociólogo francês de grande projecção no séx. XIX desenvolveu uma relação de grande influência na determinação da natureza e valores do Serviço Social aquando da sua emergência enquanto profissão social..
- 2.- Influência do pensamento liberal de Adam Smith e Stuart Mill.
- 3.-Especificamente já no contexto do pós 2ª Guerra Mundial.



dos assistentes sociais que actuavam em contextos comunitários tenham privilegiado a identificação das semelhanças dentro da comunidade enquanto estrutura. Com base nas semelhanças observadas estabeleciam as condições consideradas como necessárias para que fossem definidas as estratégias de conciliação que permitiam com que se desenvolvesse a interdependência dentro da comunidade.

A comunidade para o Serviço Social impôs-se como sendo um território onde o assistente social se impunha como líder com capacidades acrescidas para utilizar a acção social como meio de preservar a ordem social. Portanto, a sua intervenção profissional suportava-se em programas de intervenção de perfil “integrante” ou “adaptável”. Distinguiam-se entre si pelo facto de no integrante, o plano de intervenção ser posto em prática por actores externos à comunidade e por ter por base pesquisas já realizadas sobre a comunidade, sem que tenham necessariamente sido desenvolvidas com a sua participação⁶; o adaptável constituíu-se como método genérico que depois do Serviço Social realizar o diagnóstico local oferece à comunidade condições para definir as suas opções em termos de prioridades para a intervenção. Estes dois tipos de programas tinham implícito o reconhecimento da existência de problemas com carácter local que após o seu diagnóstico⁷ se procedia ao estudo de soluções para os problemas diagnosticados, partindo-se em seguida para a execução das soluções propostas. A sua execução tanto podia ter como finalidade o “Desenvolvimento Local”, o “Planeamento Social” ou a “Acção Social”. O **Desenvolvimento Local** particularizava-se por ter como objectivo o criar condições para o progresso económico e social e considerar a comunidade como isolada de uma comunidade maior. Competia ao Serviço Social ser o *facilitador de soluções e o incentivador* da formação de grupos na comunidade que pudessem contribuir para a eficácia da acção interventiva. Quando à finalidade do **Planeamento Social** esta distinguiu-se por se centrar numa intervenção de tipo sectorial que visava o encontrar respostas para problemas identificados na comunidade, tais como: habitação, saúde, dependências entre outros. Neste âmbito a intervenção centrada em tarefas assume-se estrategicamente como meio facilitador para o exercício da intervenção junto de indivíduos ou grupos problemáticos. Pelo facto de se dirigir a indivíduos/grupos problemáticos, a participação no planeamento da intervenção era partilhada com líderes locais e técnicos especializados, sendo que estes assumiam responsabilidades acrescidas sobre as decisões e execução do plano de intervenção, passando a população alvo a ser reduzida a um papel de consumidores de serviços sociais. Relativamente ao que diz respeito à **Acção Social**, o pretendido era potencializar a minimização de necessidades humanas básicas através da dinamização de iniciativas assistenciais que permitissem articular promoção social com assistência de forma a minimizar os efeitos produzidos pelas deficitárias condições de vida existentes nas comunidades carenciadas.

Intervenção Comunitária e o Pós-Estruturalismo

A fragmentação político-ideológica do Serviço Social pelos anos 60, conduziu a uma reorganização das suas expressões políticas e culturais e ao recentrar do enfoque onde sustentava a sua análise sobre os problemas sociais. Para o efeito, teve em consideração as críticas que se foram formando relativamente ao

4.- Esta perda de hegemonia desenvolve-se em consonância com o processo de mudança do paradigma societário que decorre da passagem da sociedade industrial para a sociedade de risco.

5.- O Serviço Social de Comunidades bifurca-se em duas vertentes: a do desenvolvimento e a da organização de comunidades.

6.- Pese embora poder existir recurso à promoção da motivação para participar como grupo aberto na execução destas pesquisas.

7.- Para o efeito eram utilizados questionários e debates em grupo cujos resultados eram posteriormente consignados em relatórios descritivos.



estruturalismo, apesar da combinação que este foi criando com funcionalismo. As críticas referenciadas baseavam-se no argumento do estruturalismo ser não só acrítico, como também redutor da criatividade humana. Por esse motivo o pós-estruturalismo surgiu integrado na turbulência política dos anos 60 e 70 a qual tinha como epicentro as questões do poder e o facto da realidade ter passado a ser considerada como uma construção social e subjectiva. Contrariamente ao estruturalismo, o pós-estruturalismo distinguiu-se por defender que o significante e o significado são inseparáveis, Daí o privilegiar a análise das formas simbólicas mais como constituintes da subjectividade do que constituídas por esta. Particularizou-se pelo seu anti-dogmatismo e anti-positivismo, e por valorizar o contexto histórico de cada individuo, assim como da problemática vivida pelo mesmo.

Por contrariar as concepções modernas sobre o saber, poder e sujeito, o pós-estruturalismo foi tendencialmente confundido com o pós-modernismo, apesar de não serem sinónimos. Contudo e muito particularmente sob a influência do pensamento de Foucault ⁸, caracterizado por desenvolver uma análise contextualizada historicamente da relação das instituições e suas práticas com os indivíduos, foi aberto espaço para se afirmasse um novo tipo de reflexão sobre a norma da lei que esteve na origem de uma outra forma de olhar para a sociedade. Este novo olhar centrou-se especialmente na lei e no seu carácter disciplinador substancialmente reproduzido pelas instituições e agentes com responsabilidades acrescidas no exercício da padronização da sociedade.

A conjugação entre carácter disciplinador e padronização se por um lado não entrava em grande conflito com o estado do bem-estar, por outro, e decorrente do pensamento pós-modernista conduzido por Giddens e Pierre Bourdieu, as interações dos agentes interventores com a comunidade passaram a ser identificadas tendo como referência uma sua relação dialética com as pressões estruturais dos meios sociais. Consequentemente, as relações de poder passaram a partir de então a atravessar toda a reflexão produzida sobre a mudança de paradigma societário (da sociedade industrial para a sociedade de risco). Em simultâneo com a construção destas novas reflexões sobre a modernidade e pós-modernidade, também conhecida como modernidade tardia, emergiu a desconstrução do processo disciplinador sobre os comportamentos sociais que derivavam por um lado da legitimação cultural de uma concepção de poder sustentada na lei e , por outro, numa visão política de gestão de direitos que paradoxalmente considerava a refundação da exclusão como consequência de uma não integração da pessoa, grupo ou comunidade no sistema dominante.

8.- Bem evidente nos seus 2 livros: "História da Loucura" 1997 e "Arqueologia dos Saberes" 1968.



Nesta medida, os problemas de não integração, foram em parte partilhar da perspectiva liberal que categorizava o indivíduo em capaz ou incapaz. Contudo no contexto da pós-modernidade a questão de fundo que se prende com a incapacidade do indivíduo em conseguir a sua autonomia social, levantava não só a questão de se estar perante a construção de uma nova forma de dependência, esta relacionada com os apoios sociais prestados pelas organizações estatais ou particulares de acção social; assim como uma outra questão a qual se prendia com a desvalorização da acção social face à construção política do Estado Protector. Contraditoriamente ao mesmo tempo que o Estado Protector assumia as suas devidas responsabilidades sobre a gestão dos problemas residuais originados pela continuada reprodução das desigualdades sociais, não agiu, todavia, no sentido de proteger os sujeitos de uma recriminação subjectiva que tanto conduzia a uma subalternização social dos sujeitos, como a uma sua discriminação.

Para a corrente pós-estruturalista os problemas de ordem social passaram a ser dimensionados como produto do processo de reprodução das desigualdades sociais, e, ainda, da gestão política dos processos de desfiliação, exclusão e de não integração social. Isto é, a regulação dos conflitos tinha implícita a mediação de interesses diferenciados que se podiam manifestar de forma mais ou menos contida em termos sociais ou políticos. No entanto a regulação não veio substituir definitivamente o controlo social. Veio essencialmente prover a fusão entre estado protector e sociedade protectora, porquanto a coesão social se transformou no eixo essencial da construção da relação dialéctica entre as pressões estruturais dos meios sociais e o exercício do poder por via das instituições sociais. Por conseguinte, a regulação transformou-se então num novo mecanismo de suporte a uma visão menos dogmática do exercício da intervenção social, onde não se negavam realidades, nem tão pouco se ocultava a incapacidade do Estado Social em cumprir o seu desígnio político .

Mas face às desclivagens expressas nas condições de vida de grupos sociais em situação de vulnerabilidade ou de exclusão, o exercício da intervenção social foi desconstruído quer na forma , quer no conteúdo. No que diz respeito à forma, a intervenção social em termos gerais e a comunitária em termos específicos, passou a estar associada a um cariz que tanto podia ter um carácter mais ou menos convencional, ou então um carácter criativo. A forma convencional traduzia-se num exercício de ajuda que combinava a execução de políticas sociais sectoriais com acção social. Quanto à criativa esta passou a dar expressão à interacção desenvolvida no terreno com grupos ou comunidades discriminadas, tendo como finalidade o reconhecimento do seu direito de cidadania. Se na intervenção convencional, existe uma atenção centrada na pessoa enquanto pessoa com direitos politicamente reconhecidos e a relação entre instituição/cliente/beneficiário se caracterizar por ser vertical; na criativa por estar essencialmente comprometida com as transformações nas condições, hábitos, modos ou estilos de vida de população carenciada, o foco da sua



atenção está centrado na capacitação dos sujeitos como pessoas com direitos e deveres de cidadania e a relação criada entre pessoas/actores sociais/ e meio funciona em termos horizontais ou então mesmo circulares.

Nestes dois modelos: convencional e criativa/ambiental, que emergem sob influência do pós-estruturalismo, o saber fazer do Serviço Social perdeu particularidades ⁹ uma vez que o diagnóstico social deixou de fazer parte do património do seu saber ao ser partilhado com outros actores sociais ¹⁰.

Assim se compreende que no léxico profissional do Serviço Social o Serviço Social Comunitário se tivesse fundido no conceito de Intervenção Comunitária. Foram contudo transferidas particularidades do Serviço Social de Comunidades para a Intervenção Comunitária, mantendo algumas semelhanças tanto ao nível dos aspectos metodológicos, como das técnicas (inquéritos, entrevistas, observação participante e recolha documental) e ainda do agir profissional sustentado no estudo, diagnóstico, planeamento, execução e avaliação. Diferenciam-se entre si pela simples razão de que se o Serviço Social de Comunidades é predominantemente desenvolvido por assistentes sociais, já a intervenção comunitária passou a ser conduzida por diferentes agentes com formação diversa, ou mesmo sem formação simplesmente fazendo simplesmente uso da intuição, da experiência ou da vocação para a ajuda social. Comungam entre si a importância atribuída à participação como elemento basilar ¹¹ de uma acção que deve articular pedagogia com transformação. No eixo da pedagogia integrou-se toda a actividade que permitisse à pessoa adquirir ou readquirir competências sociais, relacionais, de cidadania e ambientais. No eixo da transformação incluíram-se os programas, projectos ou planos que se distinguiam pelas condições que detinham para contribuir para a requalificação socio-identitária da pessoa no singular e como elemento de um colectivo.

Especificamente no que diz respeito à Intervenção Comunitária posta em prática sob a influência do pós-estruturalismo e na sequência da subalternização do Serviço Social de Comunidades, esta caracteriza-se pela sua dimensão territorial, independentemente de poder ser desenvolvida com base num programa, projecto ou plano que podem entre si ser convergentes na sua finalidade e ao mesmo tempo se diferenciarem consoante os eixos de abordagem adoptados para pensar e substancializar a acção. A sua especificidade é atribuída de acordo com a dimensão política, religiosa ou cultural por que se pauta. Plasma-se ideologicamente como mecanismo de auto-determinação da comunidade sobre as potencialidades dos recursos existentes ou sobre a necessidade dos recursos a criar. O seu exercício reflecte as suas capacidades de enfrentar limites e desenvolver potencialidades ocultas ou evidentes que podem ser utilizadas na defesa de interesses colectivos. Condiciona o processo de reprodução da exclusão social e determina os seus objectivos em função da forma como se

9.-Esta perda de particularidades coincidiu com a perda de hegemonia do Serviço Social enquanto profissão social no contexto da pós-modernidade.

10.- O mesmo não aconteceu com as suas competências profissionais.

11.- A participação e de forma muito concreta a participação activa tornou-se num dos pilares essenciais na intervenção comunitária especialmente quando os seus actores sociais estão empenhados em desenvolver um agir perspectivado para a capacitação. Um outro pilar é o do conhecimento da realidade sobre se age e sua contextualização ao nível do processo político da gestão.



posiciona relativamente ao poder. Promove a construção e produção de sinergias sociais essenciais à unidade na acção. Contraria a dimensão da individualização das situações sem que destrua a individualidade da percepção do presente. Reinventou-se tendo como missão criar ou treinar competências que permitam ao sujeito ser protagonista do seu processo de inclusão social.

Síntese conclusiva

A intervenção comunitária tornou-se numa estratégia para a mudança que pressupunha o combate à exclusão. A sua desconstrução deve-se não só ao fim do dogmatismo onde se alicerçou o pós-estruturalismo, bem como ao redimensionamento da realidade social como uma construção social subjectiva. Por influência do pós-modernismo confrontou-se com a necessidade de sistematizar a experiência desenvolvida ao longo da sua trajectória enquanto metodologia de intervenção social. A sua recriação seguiu as seguintes vias: a da destradicionalização, ou a da sua ancoragem ao conhecimento e a teorias na área das Ciências Sociais ou Humanas; ou então com base numa sistematização resultante de uma atitude reflexiva constante e suportada na relação dialéctica entre teoria e prática.

Independentemente das singularidades de cada uma das vias utilizados para a sua recontextualização pós-estruturalista, todas salvaguardam a dimensão territorial na concepção de intervenção comunitárias, o uso do diagnóstico social como elemento essencial para estruturar a acção, a importância da comunicação e da participação como meio de mediar interesses, a necessidade de desenvolver estratégias adequadas para que a capacitação se constitua no motor da mudança.

Se o estruturalismo influenciou a construção de uma forma de agir ao nível da comunidade, o pós-estruturalismo abriu espaço para a desdogmatização da intervenção comunitária, por sua vez o pós-modernismo consignou a pluralização dos modelos de intervenção comunitária.

Mecom, Eco2 e Planos Comunitários legitimam a teoria que defende o facto do pós-estruturalismo ao ter contribuído para a desdogmatizar o exercício da Intervenção Comunitária promoveu o seu desenvolvimento de forma plural.



Bibliografia

- Alexander, C. J. (1987). "The Centrality of the Classics". In A. Giddens e J. Turner (eds.), *Social Theory Today*, Cambridge: Polity Press.
- Amaro, Inês (2008). "Os Campos paradigmáticos do Serviço Social: proposta para uma Categorização das teorias em presença". In *Focus Social*, (Pp 61-80). UCP.
- Baudrillard, Jean. (1984). *Esquecer Foucault*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Boudon, R. (1977). *Effets Pervers et' Ordre Social*. (cap. VII). Paris: Presses Universitaires de France.
- Bourricaud, F. (1975). "Contre le Sociologisme: Une Critique et des Propositions". En *Revue Française de Sociologie*, Vol. XVI, (pp. 583-603). Paris: Supplément.
- Davies, Martin (2002). *The BCompanion to Social Work*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Foucault, Michel (1989). *Microfísica do Poder*. 8ª edição, Rio de Janeiro: Graal.
- Giddens, A. (1988). *Social Theory and Moderas Sociology*. Cambridge: Polity Press.
- Habermas, Jürgen (2002). *Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Hearly, Karen (2001). *Trabajo Social: perspectivas contemporáneas*. Madrid e Corunha: Ediciones Morata e Fundación Paideia.
- Howe, David (1987). *An Introduction to Social Work Theory*. England: Wildhood House.
- Faleiros, Vicente de Paula (2001). "Desafios do Serviço Social na era da globalização". In Helena Mouro, e Dulce Simões (coord.). *100 anos de Serviço Social*, (pp. 313-349). Coimbra: Quarteto.
- Fook, Jan (2003). "Critical Social Wok: the current issues". In *Qualitative Social Work*, 2(2), (pp. 123-130).
- Lefebre, Henri (1990). *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática.
- Masterman, M. (1979). "A Natureza do Paradigma", in Lakatos Inre e Musgrave Alan (orgs.). *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*, (pp. 72-108). Tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Editora Cultrix.



- Michael, P. (2000). *Pós-estruturalismo e Filosofia da Diferença: Introdução*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Mullaly, Bob (1993). *Structural Social Work*, Ontário: McLelland e Stewart.
- Mouro, Helena (2009) . *Modernização do Serviço Social, Da sociedade industrial à sociedade do risco*. Coimbra: Nova Almdina.
- Norris, Christopher (2000). "Post-Modernism: a guide for the perplexed". In Browning, Gary; Halcli, Abigail e Webster, Frank. *Understanding Contemporary Society – theories of the present* (pp.25-46). Londres: Thousand Oaks, Nova Deli.
- Parton, Nigel (1996). *Social Theory, Social Change and Social Work*. Londres: Routledge.
- Arton, Nigel (2004). *Constructive Social Work – towards a new practice*. Londres: MacMillan.
- Touraine, A. (1985). "Les Transformations de l'Analyse Sociologique". En *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXXVIII, (pp. 15-25). Paris.
- Razac, Olivier (2008). *Avec Foucault Apres Foucault; dissequer la société de controle*. France: Harmattan
- Restrepo Olga (2003). *Reconfigurando el Trabajo Social – perspectivas y tendencias contemporáneas*. Buenos Aires: Espacio Editorial.

